



DECISÃO!

Rua Albita, 194 / Cruzeiro / Belo Horizonte / MG / CEP 30.310-160

Receba informações da Amagis pelo Whatsapp ou Telegram - (31) 99881-4367

Envie-nos uma mensagem solicitando a inclusão na lista



Intensa atuação vence congelamento de 5 anos

EDUARDO ROCHA



O encontro foi embalado pelo som da banda mineira, Skank

Magistratura celebra conquistas

Durante o Encontro de Congraçamento da Magistratura, realizado no dia 7 de dezembro, no espaço de eventos Niágara, magistrados celebraram mais um ano de conquistas, que só foram alcançadas por meio da unidade da classe em torno da Amagis.

PÁGINAS 16 A 19

As Associações de Magistrados, entre elas a Amagis, derrubaram o congelamento de 5 anos dos subsídios. A reposição parcial foi aprovada no dia 7 de novembro pelo Senado e sancionada 19 dias depois. No dia seguinte, o presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias de Moraes, implementou o novo subsídio após gestões do presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares.

PÁGINA 3 E 4

Alberto Diniz é eleito com 95%

TIAGO PARRELA



Presidente do TJ e da Amagis com o presidente eleito e diretores da Associação

Numa votação que confirma a aprovação da atual gestão, a Chapa 'União e Fortalecimento da Magistratura', presidida pelo desembargador Alberto Diniz, foi eleita à direção da Amagis. **PÁGINA 7**

Com organização e unidade, vencemos as batalhas de 2018

MAURÍCIO SOARES*

Caros e caras Colegas, chegamos ao fim do ano e do mandato e devemos reconhecer que tivemos conquistas positivas, sim, ainda que parciais. A principal delas foi o fortalecimento da Magistratura, por meio de suas Associações, que, pela organização e unidade, impediram a aprovação de pautas retrocessivas e de perdas para toda a classe, o sistema de Justiça e, principalmente, para o Judiciário.

Barramos várias pautas negativas e conseguimos neutralizar campanhas destrutivas que tinham como objetivo enfraquecer a Magistratura e o Judiciário, com a criminalização da autoridade judicial e cobranças indevidas pelo desconhecimento de nossos direitos, como foi a intenção, logo abortada, da ação fiscal da Receita Federal.

Registramos e valorizamos também o intenso e permanente esforço das

gestões junto aos parlamentares pela aprovação do texto.

Ainda que parcial, é necessário dizer ainda que a recomposição aprovada refletirá positivamente sobre os valores das férias e licença-prêmio eventualmente indenizadas, terço de férias, gratificação eleitoral etc.

Com a aprovação do PLC 27/2016, preservamos uma boa parte dos vencimentos enquanto nos preparamos para as próximas prioridades, com a nova proposta de atualização para o ano que vem e a instituição da parcela de Valorização de Tempo na Magistratura (resgatando o antigo ATS), entre outras, além de evitar perdas com a reforma da Previdência.

Aqui em Minas, o presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias, em sintonia com a Amagis, imediatamente assinou a implementação da reposição parcial nos vencimentos

“Vencemos, assim, uma das inúmeras batalhas que integram nossa agenda de trabalho e de desafios”

Associações de Magistrados, entre elas a Amagis, na aprovação da reposição parcial dos subsídios após cinco anos de congelamento que provocou consecutivas perdas, de mais de 40%.

Vencemos, assim, uma das inúmeras batalhas que integram nossa agenda de trabalho e desafios deste e do próximo ano, que, antevemos, será ainda mais difícil e de maiores riscos. É importante ressaltar também a recuperação da paridade, até porque a Magistratura é una e não pode ser dividida.

Como vimos, não basta merecer e ter direitos assegurados constitucionalmente. Ao contrário, acompanhamos e defendemos o projeto durante todo o trâmite no Congresso Nacional até a aprovação e sanção da reposição dos subsídios, razão pela qual fomos a Brasília, em bloco, fazendo

da Magistratura, reafirmando a autonomia federativa.

Nossa luta é e será diuturna e intensa na defesa das prerrogativas e pela valorização da Magistratura mineira. Por isso, devemos manter a unidade e a convicção de nossa organização em torno da Amagis, única e legítima entidade de defesa dos magistrados mineiros.

O resultado das eleições, desde a formação de chapa até a eleição, confirmou essa unidade e integração dos magistrados, culminando com 95% da votação em favor do colega Alberto Diniz. Estaremos juntos com ele, ativos e aposentados e pensionistas, reafirmando nossas bandeiras no próximo triênio (2019/2021). O êxito da nova diretoria será de toda a Magistratura mineira. ■

(*) *Presidente da Amagis*

ÍNDICE DECISÃO!

Reposição dos subsídios é implementada em Minas

PÁG 03

TJ garante pagamento de direitos a magistrados

PÁG 04

Associação unifica pauta dos juízes aposentados

PÁG 05

Juíza de Três Marias recebe apoio

PÁG 06

Alberto Diniz é eleito com 95% dos votos

PÁG 07

Juristas realizam palestras na Amagis

PÁG 09

Juiz defende integração social

PÁG 10

TJ pacifica disputa em ocupação

PÁG 11

Magistrados celebram valorização da classe

PÁG 16

Torneio de Tiro da Amagis simula situações reais

PÁG 24

SAÚDE!

Amagis Saúde promove o Novembro Azul

PÁG 31

Magistrados incluem check-up na rotina

PÁG 32

JORNAL MENSAL

ISSN - 1981-4577 (Decisão Impresso)

ISSN - 1981-4569 (Decisão On-line)



PRESIDENTE

Desembargador Maurício Torres Soares

Vice-presidente Administrativa:

Juíza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro

Vice-presidente Financeiro:

Desembargador Alberto Diniz Junior

Vice-presidente de Saúde:

Juíza Luzia Divina de Paula Peixoto

Vice-presidente dos

Aposentados e Pensionistas:

Juiz José Martinho Nunes Coelho

Vice-presidente do Interior:

Juiz Antônio Carlos Parreira

Vice-presidente

Sociocultural-Esportivo:

Juiz Ricardo Torres Oliveira

Diretor-Secretário

e de Comunicação:

Juiz Christyano Lucas Generoso

Diretora-Subsecretária:

Juíza Rosimere das Graças do Couto

Coordenador de Comunicação:

Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:

Georgina Baçvaroff • Mtb - MG: 08441

Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188

Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

Izabela Machado • Mtb - MG: 11210

Projeto Gráfico:

Agência Graffo

Diagramação:

Publicare Design

Pré-impressão/Impressão:

Gráfica e Editora Del Rey

TIRAGEM: 2.300 EXEMPLARES

Reposição dos subsídios é implementada em Minas

Maurício Soares mantém atuação em defesa da classe em Brasília

GEORGIA BAÇVAROFF



Os vencimentos dos magistrados serão pagos a partir de 1º de janeiro com a reposição parcial de 16,38% dos subsídios da Magistratura. Essa importante conquista, que expressa o reconhecimento e valorização da Magistratura é consequência da incansável atuação da Amagis e Associações de classe, articuladas com a AMB, em Brasília, em defesa dos direitos e prerrogativas dos magistrados.

Após intenso corpo a corpo com parlamentares, do qual participou ativamente o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, o Senado Federal aprovou, no dia 7 de novembro, o PLC 27/2016, que previa a reposição parcial do subsídio dos ministros do STF, remetido posteriormente para a sanção, concluída no dia 26 de novembro pelo presidente da República, Michel Temer.

No dia seguinte, e após reunião entre dirigentes da Amagis e do TJMG, o presidente do Tribunal, desembargador Nelson Missias de Moraes implementou, em Minas Gerais, a reposição parcial de 16,38% dos vencimentos da Magistratura. A medida foi tomada em conformidade com a Lei Federal 13.752, de 26 de novembro de 2018.

Em mensagem à Magistratura mineira, o presidente Maurício Soares ressaltou a importância da reposição dos subsídios, ainda que parcial, após cinco anos de conge-

Reunião no TJMG definiu reposição em Minas

mento que acumularam consecutivas perdas de mais de 40%. Ele destacou ainda que a reposição aprovada reflete positivamente sobre os valores das férias e licença-prêmio eventualmente indenizadas, terço de férias, gratificação eleitoral etc.

O encontro com os parlamentares foi precedido das reuniões da Coordenadoria da Justiça Estadual da AMB e do Conselho de Representantes da AMB, realizadas em Brasília, respectivamente nos dias 6 e 7 de novembro, em que foi definida e alinhada a estratégia de atuação das Associações de magistrados em defesa da aprovação da reposição dos subsídios, das quais o presidente da Amagis participou.

Com a aprovação do projeto de reposição dos subsídios, os dirigentes mantiveram-se atentos às movimentações em Brasília, até a sanção do PLC 27/2016 pelo presidente da República Michel Temer, no dia 26 de novem-

bro. Na mesma data, o ministro Luz Fux, do STF, revogou a liminar que concedia a ajuda de custo para moradia.

“Com a aprovação do PLC 27/2016, preservamos uma boa parte dos vencimentos enquanto nos preparamos para as próximas prioridades, como a nova proposta de recomposição para o ano que vem e a instituição da parcela de Valorização de Tempo na Magistratura (resgatando o ATS), entre outras, além da luta para evitar perdas com a reforma da Previdência”, afirmou Maurício Soares, ressaltando ainda a recuperação da paridade.

Mesmo com a conquista da reposição parcial dos subsídios, o presidente da Amagis manteve sua agenda em Brasília e, no dia 27 de novembro, voltou à Capital Federal para, mais uma vez, reunir-se com parlamentares no Congresso Nacional, entre eles o deputado Marcos Rogério (DEM), integrante da Comissão Especial da Câmara dos Deputados, para dialogar sobre o Projeto de Lei 6.726/2016, que regulamenta o limite remuneratório, conhecido como o PL do Extrateto. ■

AMAGIS



Maurício Soares e magistrados em Brasília

TJ garante pagamento de direitos a magistrados

Quitação de passivos devidos foi definida entre a Amagis e o TJMG



Ofício do presidente do TJMG

No dia 28 de novembro, o TJMG pagou aos magistrados mineiros os valores referentes a parcela linear dos passivos devidos pelo Tribunal, a título de URVs, equivalência salarial e indenização de um período de férias não usufruído.

O pagamento desses direitos foi feito no dia seguinte à reunião entre dirigentes da Amagis e do TJMG, na qual o presidente do Tribunal, desembargador Nelson Missias de Moraes,

assinou portaria que implementou a reposição parcial de 16,38% nos subsídios dos magistrados mineiros. *Saiba mais sobre o tema na página 3.*

O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, manifestou o reconhecimento da Magistratura mineira ao esforço e parceria do presidente do TJ pela obtenção dos recursos e por ter contemplado todos os segmentos da classe, especial-

mente os aposentados. "Tudo isso é resultado de uma boa e dedicada gestão conduzida pelo presidente Nelson", afirmou. Os direitos dos aposentados foi tema de reunião entre a Amagis e o TJMG, no dia 9 de novembro, tendo como objetivo a unificação da pauta de reivindicação nacional e estadual, a fim de fortalecer a atuação em favor dos inativos.

Leia mais a respeito na página 5. ■

Amagis repudia ataques de candidato

Presidente defendeu constitucionalidade da reposição dos subsídios

Amagis divulgou nota pública, no dia 12 de novembro, repudiando ataques despropositados à Magistratura mineira, feitos pelo então candidato a presidente da OAB-MG, Sérgio Rodrigues Leonardo, com relação à reposição parcial dos subsídios, congelados há cinco anos.

No documento, o presidente da Associação, desembargador Maurício Soares, contestou as acusações que, para ele, além de desrespeitosas são ainda mais inapropriadas por terem sido feitas por membro de uma entidade parceira. Para Maurício Soares, em um contexto de disputa eleitoral, as alegações do candidato podem ter sido motivadas, talvez, pela demagogia usada em alguns pleitos.

Maurício Soares esclareceu

ainda que a Constituição Federal prevê a irredutibilidade dos vencimentos (artigo 93, III), razão pela qual estabeleceu a atualização inflacionária anual dos subsídios (artigo 37, X), e disse que a recomposição dos vencimentos está longe de ser um reajuste, pois apenas atualiza parcialmente as perdas acumuladas ao longo de cinco anos de mais de 40%.

"O desconhecimento do direito dos magistrados, assegurado pela Carta Magna, por parte do candidato, embora seja neto de desembargador, é um mau começo para quem pleiteia dirigir a importante e operosa classe dos advogados, que, além do respeito, sempre mereceu e recebeu a parceria da Magistratura na efetividade da Justiça e defesa do Estado Democrático de Direito", afirmou o presidente da Amagis. ■



Nota divulgada pela Amagis

Associação unifica pauta dos juizes aposentados

Proposta foi aprovada durante sessão do Órgão Especial do TJMG

A fim de unificar a pauta nacional e estadual dos magistrados aposentados, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, acompanhado de uma comissão de magistrados, reuniu-se, no dia 9 novembro, com o presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias de Moraes.

Participaram do encontro no TJMG, o vice-presidente dos Aposentados e Pensionistas da Amagis, juiz José Martinho Nunes Coelho, o desembargador Alberto Diniz Júnior, o juiz auxiliar da Presidência do TJMG Luiz Carlos Rezende e Santos, o juiz José Humberto da Silveira e os magistrados aposentados Marli Maria Braga Andrade, Reynaldo Ximenes, Fernando Humberto dos Santos e José Antonino Baia Borges.

Esse encontro foi realizado três dias após os debates da Coordenadoria de Aposentados da AMB, sen-

Presidente do TJ e diretores da Amagis com aposentados

IZABELA MACHADO



do importante para a unificação da pauta nacional e estadual dos magistrados que não estão mais na ativa.

Entre os temas tratados, foi destacada a importância da Valorização por Tempo da Magistratura, antigo ATS. De acordo com o juiz Cláudio Manuel Barreto de Figueiredo, que representou a Amagis na reunião da Coordenadoria de Apo-

sentados da AMB, durante o encontro em Brasília, foram discutidos os proventos das pensionistas, avaliada a possibilidade da criação da vice-presidência de aposentados da AMB e o Congresso Nacional de Aposentados e Pensionistas, que, provavelmente, será realizado em março de 2019, em São Paulo. ■

Scanners de raios-x entram em funcionamento e reforçam segurança

Equipamento foi instalado na sede do TJ e nos fóruns de BH

Conforme havia antecipado o jornal DECI-SÃO, na edição de setembro deste ano, o TJMG deu início, em novembro, ao funcionamento dos equipamentos de inspeção por meio de scanners de raios-X, instalados na sede do Tribunal e nos Fóruns Lafayette e da Raja Gabaglia.

Antes de pôr os equipamentos em operação, os servidores dessas unidades foram capacitados para identificar objetos que não podem ser portados nos prédios da Justiça,

como armas de fogo, facas, líquidos inflamáveis, entre outros. Os aparelhos utilizados pelo TJ são similares aos dos aeroportos.

A segurança nos prédios do Judiciário mineiro é pauta permanente das discussões entre a Amagis e o TJMG. Segundo o vice-presidente Administrativo da Amagis, desembargador Alberto Diniz Junior, presidente eleito da Associação para o triênio 2019/2021, além de trazer mais segurança a todos, o uso do equipamento irá

ERIC BEZERRA/TJMG



Equipamento é similar ao usado nos aeroportos

agilizar a entrada de advogados e servidores no Tribunal e nos fóruns. "A aquisição dos aparelhos de scanner raios-x representa um importante investimento do Tribunal de Justiça na segurança institucional", afirmou.

Segundo o superintendente de Segurança Institu-

cional do TJMG, desembargador Marcos Henrique Caldeira Brant, a implantação de scanner de raios-x tem como objetivo reforçar e racionalizar o controle de acesso de pessoas e "segue tendência mundial na área de sistema de proteção em gestão de segurança orgânica". ■

Juíza de Três Marias recebe apoio

Maurício Soares prestou solidariedade à magistrada

GEORGIA BAÇVAROFF

Em defesa das prerrogativas e da autonomia da Magistratura mineira, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, reuniu-se, no dia 4 de dezembro, com a juíza Tatiana de Moura Marinho no Fórum da Comarca de Três Marias (Região Central) para prestar apoio e solidariedade à magistrada, que tem enfrentado problemas no exercício da função judicante.

O presidente Maurício Soares disse que a viagem foi uma forma não só de apoiar a juíza, mas de reafirmar o compromisso da Associação com a defesa da classe em todas as comarcas que atuam. "Para a Amagis, é fundamental apoiar e auxiliar a Magistratura mineira seja aonde for", ressaltou.

A juíza Tatiana Marinho destacou a importância da visita do

Maurício Soares e Tatiana Marinho



presidente da Amagis, pois, segundo ela, demonstra a proximidade e a presteza da Associação no apoio aos magistra-

dos do interior. "O apoio de nossa Associação é fundamental e de grande relevância, pois demonstra a união existente na

classe e a sensibilidade aos problemas vivenciados na carreira", destacou a magistrada após o encontro. ■

A Amagis tem um perfil oficial no **Instagram**

Siga a Associação no perfil "amagismg"



Alberto Diniz é eleito com 95% dos votos

Futuro presidente reafirma compromisso com ativos e aposentados

TIAGO PARRELA

Com participação expressiva e qualificada, os magistrados e magistradas mineiros elegeram, no dia 6 de dezembro, a chapa 'União e Fortalecimento da Magistratura', encabeçada pelo desembargador Alberto Diniz, para o triênio 2019-2021. Ao todo, a candidatura recebeu 917 votos, o que corresponde a 95,3% dos votantes. A posse da diretoria eleita será realizada em janeiro de 2019.

Ao agradecer à Magistratura mineira pela significativa votação recebida, mesmo a eleição tendo sido disputada com chapa única, o presidente eleito, desembargador Alberto Diniz, ressaltou a importância da participação de todos no pleito. "Mesmo sendo chapa única, os colegas e as colegas fizeram questão de participar e garantir a representatividade de nossa Associação", afirmou.

Alberto Diniz disse ainda que pretende



Alberto Diniz e Maurício Soares

dar continuidade ao trabalho do presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, que impediu retirada de direitos e obteve avanços como a reposição dos subsídios. "Quero dar continuidade ao excelente trabalho que está sendo feito pela atual gestão, me espelhar na atuação do presidente Maurício, que manteve a Amagis em sua vocação original, que é defender a Magistratura", disse, ao reafirmar ainda o compromisso com aposentados e pensionistas na defesa

da paridade e integralidade. "Faremos justiça com aqueles que construíram o Judiciário que somos hoje".

Ao dirigir-se ao presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias de Moraes, o presidente eleito ressaltou a importância do diálogo com o Tribunal para a valorização da classe e fortalecimento do Judiciário. Ele agradeceu ainda aos membros da chapa, esposa e filhos, e defendeu uma gestão participativa, compartilhada e democrática. ■

PERFIL

✦ Há nove dos 28 anos de Magistratura, Alberto Diniz combina a dedicação às causas da Magistratura com a atividade judicante. Desembargador do TJMG desde 2014, foi diretor da Seccional da Amagis de Belo Horizonte entre os anos de 2010 a 2015, é o atual vice-presidente Financeiro da Associação (2016/2018) e, no mês que vem, tomará posse da entidade para o triênio 2019/2021.

Filho de Alberto Diniz e d. Neide Viana Diniz, Alberto Diniz Junior é natural de Pedro Leopoldo (Grande BH). Graduiu-se em Direito pela Faculdade de Direito de Sete Lagoas da Fundação Educacional Monsenhor Messias, em 1983, e é pós-graduado em Direito Civil pela PUC Minas, em 2000. (Leia mais no site da Amagis)

UNIÃO E FORTALECIMENTO DA MAGISTRATURA

◉ DIRETORIA ELEITA

Presidente: Alberto Diniz Junior

Vice-Presidente Administrativo:

Luiz Carlos Rezende e Santos

Vice-Presidente Financeira: Luzia Divina de Paula Peixôto

Vice-Presidente de Saúde: Rosimere das Graças do Couto

Vice-Presidente de Interior: Paulo Fernando Naves de Rezende

Vice-Presidente Sociocultural-Esportivo: Jorge Paulo dos Santos

Vice-Presidente dos Aposentados e Pensionistas: Marli Maria Braga Andrade

Diretora-Secretária: Ivone Campos Guillarducci Cerqueira

Subdiretor-secretário: Evandro Cangussu Melo

◉ CONSELHO DELIBERATIVO

Lourenço Migliorini Fonseca Ribeiro
James Ferreira dos Santos

Michel Curi e Silva

Vinícius de Ávila Leite

Vinícius Dias Paes Ristori

Fabiano Rubinger de Queiroz

Edmundo José Lavinias Jardim

Morvan Rabelo de Rezende

Antônio Armando dos Anjos

José Aluísio Neves da Silva

Marcos Alves Andrade

Maycon Jesus Barcelos

Carlos Alberto Pereira da Silva

Roberto das Graças Silva

Pedro Aleixo Neto

Riza Aparecida Nery

Elexander Camargos Diniz

José Romualdo Duarte Mendes

Alinne Arquete Leite Novais

Lailson Braga Baeta Neves

Raquel Bhering Nogueira Miranda

◉ CONSELHO GESTOR DE SAÚDE

Segunda Instância

Geraldo Domingos Coelho (Titular)

Marco Aurélio Ferenzini (Titular)

Valéria Rodrigues da Silva Queiroz

(Suplente)

Edison Feital Leite (Suplente)

Capital

Flávia Birchal de Moura (Titular)

Kenea Marcia Damato de Moura

Gomes (Titular)

Clayton Rosa de Resende (Suplente)

Guilherme Azeredo Passos (Suplente)

Interior

Dalton Soares Negrão (Titular)

Fábio Torres de Sousa (Titular)

Marcos Alberto Ferreira (Suplente)

Marcelo Carlos Cândido (Suplente)

Aposentados

Ana Maria de Oliveira Froes (Titular)

José Maria dos Reis (Titular)

José Nicolau Masseli (Suplente)

Paulo Mendes Álvares (Suplente)

TJ debate sistema prisional

Desafios e perspectivas das Apacs foram abordados em seminário

O TJMG, por meio da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, promoveu, nos dias 12 e 13 de novembro, o seminário Sistema Prisional, direitos humanos e metodologia Apac: desafios e perspectivas, a fim de difundir a metodologia das Associações de Proteção e Assistência ao Condenado.

O presidente do TJ, desembargador Nelson Missias de Moraes, proferiu a palestra inaugural e destacou a importância da participação efetiva do Judiciário em projetos exitosos e com viés de humanização do cumprimento de pena. Na ocasião, Nelson Missias homenageou o juiz Paulo Antônio de Carvalho, da Comarca de Itaúna (Oeste), precursor do método em Minas Gerais. O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, participou da abertura do seminário.

Abertura do seminário

GEORGIA BAÇVAROFF



A 2ª vice-presidente do TJMG e superintendente da Ejef, desembargadora Áurea Brasil, o 1º vice-presidente do TJMG, desembargador Afrânio Vilela, a 3ª vice-presidente desembargadora Mariângela Meyer,

o corregedor-Geral de Justiça, desembargador Saldanha da Fonseca, e o defensor público-Geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, também participaram da abertura do evento. A desembargadora Márcia

Maria Milanez, o desembargador Alexandre Victor de Carvalho e o juiz auxiliar da Presidência do TJMG Luiz Carlos Rezende e Santos presidiram mesas de debates promovidas no segundo dia do seminário. ■

8 de dezembro

Dia da Justiça

Última instância das garantias do cidadão e da Constituição



Juristas realizam palestras na Amagis

Debates promovidos pela Associação reforçam intercâmbio de ideias

GEORGIA BAÇVAROFF

Com o objetivo de aprimorar a formação dos magistrados, a Amagis promoveu, respectivamente, nos dias 5 e 26 de novembro, uma palestra relacionada aos 30 anos da Constituição Cidadã, com os professores da Universidade Autónoma de Lisboa (UAL) Pedro Trovão do Rosário e Alex Sander Xavier Pires, e outra sobre o acesso à Justiça, com o desembargador aposentado e professor da USP, Kazuo Watanabe, e com o juiz Marcus Onodera, professor da Escola Paulista da Magistratura e Doutor em Direito Processual pela USP.

De acordo com o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, o intercâmbio de ideias com juristas, seja de Minas Gerais ou de outros estados e Países, é importante para que os magistrados mineiros possam ampliar sua percepção e compre-



Palestra sobre os 30 anos da Constituição Cidadã

ensão sobre os temas abordados, a fim de que, a partir dos debates, tenham mais elementos para refletir sobre sua prática.

Na palestra sobre os 30 anos da Constituição Cidadã, mediada pelo desembargador Gilson Soares Lemes, e na qual esteve presente o presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias de Moraes, o professor Pedro Trovão abordou o tema 'Constitucionalismo e Democracia'. De acordo com ele, constitucionalismo e


 Os vídeos das palestras estão disponíveis no site amagis.com.br

democracia são conceitos muito próximos, entretanto, diferentes entre si. "O próprio constitucionalismo pode ser um limite para a democracia e a democracia pode ser um limite para o constitucionalismo", afirmou.

Já o professor Alex Sander falou sobre o 'Estado de Direito Democrático e as garantias constitucionais' e criticou o que chamou de instabilidade constitucional, citando as centenas de alterações e revisões realizadas na Constituição Federal nesses 30 anos.

Na palestra seguinte, mediada pelo desembargador do TJMG Tiago Pinto, da qual participou o corregedor-geral

de Justiça do TJMG, desembargador Saldanha da Fonseca, o juiz Marcus Onodera defendeu a importância de uma mudança de paradigmas por parte dos atores envolvidos no processo, aliado à necessidade de o juiz tratar o conflito de forma proativa em busca de um resultado célere, justo e efetivo. "Mais que o processo, o juiz precisa tentar resolver e pacificar o conflito. Isso depende de um gerenciamento de caso bem feito", disse.

Ao abordar o acesso à Justiça e política pública de tratamento adequado dos conflitos, o professor Kazuo Watanabe discorreu sobre a evolução do conceito de acesso à justiça, destacando que, a partir da década de 1980, o Judiciário brasileiro deixou de agir somente quando provocado e passou a desempenhar um papel mais ativo, sendo a conciliação um marco dessa nova postura. "Toda essa mudança começou quando o nosso sistema jurídico incorporou o método da conciliação como instrumento do próprio Estado, para garantia do acesso a uma ordem jurídica justa", comentou. ■

IZABELA MACHADO



Debate sobre o acesso à Justiça

GEORGIA BAÇVAROFF



Palestras aconteceram no auditório da Amagis

Juiz defende integração social

Magistrado foi à casa de idoso realizar audiência

ARQUIVO PESSOAL



Juiz Rafael Continentino com José Maria Batista

Em uma atitude que, até então, poderia ser considerada inusitada, no dia 30 de outubro, o juiz Rafael Arrieiro Continentino, da Comarca de Santa Maria do Suaçuí (Vale do Mucuri), trocou o seu gabinete no fórum por uma simples mesa de madeira no quintal de José Maria Batista do Nascimento, 102 anos, morador da zona rural do município, para realizar uma audiência de curatela.

Por já ter realizado audiências em situações parecidas e saber de iniciativas como a dele, Rafael Continentino entende que a busca dessa proximidade com a comunidade na qual o juiz está inserido faz parte do perfil de magistrados,

que, hoje, veem nesse contato, a possibilidade de proferir uma sentença mais justa, preservados os limites da imparcialidade. "Paralelamente ao processo, quanto mais o juiz entender a comunidade na qual está inserido, ele terá melhores condições de proferir uma sentença mais justa", avaliou.

Além da importância de uma política de construção e modernização dos fóruns, como a praticada atualmente pelo TJMG, o juiz compreende ainda que o acesso à Justiça pelo cidadão também pode ser garantido com a ampliação do número de magistrados e, sempre que necessário e possível, levando o Judiciário ao cidadão a fim de ga-

rantir o amplo acesso de todos à Justiça, observados os critérios legais.

Para o magistrado, ao decidir realizar uma audiência externa ao Fórum, é importante observar, por exemplo, se há alguma hipossuficiência ou vulnerabilidade da parte, que possa prejudicar seu acesso à Justiça. Entre outras, ele apontou situações como a de uma pessoa hospitalizada, idosos em um asilo e até mesmo de uma criança em processo de adoção que esteja em um abrigo. ■

RÁPIDAS

★ Em cerimônia da qual participou o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, o TJMG, entregou, no dia 9 de novembro, a Medalha Ruy Gouthier de Vilhena para magistrados, servidores e pessoas que tenham prestado relevantes serviços à Corregedoria-Geral de Justiça de Minas Gerais. Veja abaixo a relação de magistrados agraciados:

- ★ Nelson Missias de Moraes – presidente do TJMG
- ★ Marcos Lincoln dos Santos
- ★ Guilherme Lima Nogueira da Silva
- ★ Marcus Vinícius Mendes do Valle
- ★ Sérgio Henrique Cordeiro Caldas Fernandes
- ★ Simone Saraiva de Abreu Abras
- ★ Maria Luiza de Andrade Rangel Pires
- ★ Genole Santos de Moura
- ★ Antônio Augusto Calaes de Oliveira
- ★ Ricardo Bastos Machado
- ★ Fabiano Garcia Veronez
- ★ Fábio Henrique Vieira



★ A 3ª vice-presidente do TJMG, desembargadora Mariangela Meyer Pires Faleiro, o corregedor-geral de Justiça, desembargador José Geraldo Saldanha da Fonseca, e os desembargadores Eduardo Costa, João Cancio e José de Carvalho Barbosa foram agraciados, no dia 30 de outubro, com a Medalha Santos Dumont. Impedido de comparecer na solenidade, o desembargador Eduardo Machado também foi um dos homenageados.



AMPLIE seus horizontes
e descubra o quanto eles ampliam VOCÊ.

Graduação e Pós-Graduação em FILOSOFIA E TEOLOGIA
Cursos de Atualização e Especialização / Disciplinas isoladas

NOTA MÁXIMA NO IGC/MEC

vestibularfaje.com.br

www.faculdadejesuita.edu.br
Tel: (31) 3115 7000

Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia

IESUITAS BRASIL

TJ põe fim à maior ocupação das Américas

Acordo foi assinado na Semana de Conciliação

GEORGIA BAÇVAROFF



Autoridades na Semana da Conciliação no TJMG

Com cerca de 80 mil pessoas atendidas e valores negociados em torno de R\$ 79 milhões, não foram só os números expressivos que marcaram a 13ª Semana Nacional de Conciliação em Minas Gerais, realizada dos dias 5 a 9 de novembro. No último dia da campanha, o TJMG homologou acordo pacificando a disputa entre proprietários da Granja Werneck S. A. e moradores da Ocupação Izidora, no bairro Jaqueline (Região Norte de BH), considerada uma das maiores da América Latina.

Com o acordo, a Companhia de Habitação de Minas Gerais (Cohab Minas) ofereceu à Granja Werneck, em permuta, a Fazenda Marzagão, em Sabará (Grande Belo Horizonte). E a empresa cedeu à Cohab o terreno onde vivem hoje aproximadamente 9 mil famílias organizadas nas ocupações Vitória, Esperança, Rosa Leão e Helena Greco.

O presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias de Moraes, atribuiu o sucesso do acordo ao bom senso dos negociadores e ao espírito de conciliação prati-

cado no Tribunal. Ele ressaltou a sensibilidade do governador Fernando Pimentel e o empenho dos magistrados mineiros, em especial as juízas Maria da Glória Reis, Dênia Francisca Taborde e os juizes Clayton Rosa de Resende e José Ricardo Veras, para pôr fim à disputa.

O governador Fernando Pimentel agradeceu ao TJMG e parabenizou os magistrados

pelos acordos alcançados durante a Semana de Conciliação, sobretudo o relacionado à ocupação da mata Izidora. "Minas Gerais tem dado sucessivos exemplos para o Brasil de que é possível resolver questões sociais respeitando os direitos consagrados na Constituição sem abrir mão da autonomia do Poder Judiciário", afirmou. ■



JUSTIÇA MINEIRA
SUPERA NÚMERO DE ACORDOS NA
SEMANA DA CONCILIAÇÃO
DE 2018

Percentual de acordos chegou a 57,68% em 2018, frente aos 46,74% em 2017.

AMAGIS
 ASSOCIAÇÃO
 DOS MAGISTRADOS
 MINEIROS

Facebook: facebook.com/amagis
 Twitter: twitter.com/amagisMG
 Instagram: instagram.com/amagismg

CONVÊNIOS

✦ TRAVEL4 TURISMO E EVENTOS

Aquisição de serviços de turismo, organização de viagens e eventos com desconto de 10% nos pacotes da agência. A parceria entre a Travel4 e a Dotz oferece ao associado bônus em dobro na compra de pacotes promocionais.

Telefone:

(31) 3309-9092 e (31) 99497-9092 (Whatsapp)

Endereço:

Rua Ministro Orozimbo Donato, 442, sala 1307, Vale do Sereno – Nova Lima

Site: travel4.tur.br

✦ TAUÁ GRANDE HOTEL DE ARAXÁ

Tarifas especiais para associados da Amagis. Os descontos não são válidos para feriados prolongados.

Telefone:

(34) 3669-7000 e (34) 3669-7020

Endereço:

Rua Águas do Araxá, S/N, Barreiro – Araxá

Site: tauaresorts.com.br

✦ TECHNOCARE MOBILIDADE E INCLUSÃO

Desconto de 10% na aquisição de serviços de assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva de cadeiras de rodas, higiênicas e de banho, guinchos de transferências e na compra de toda a linha de produtos para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Telefone:

(31) 3443-2200

Endereço:

Rua Piauí, 69, loja 3, Santa Efigênia – BH

Site: technocare.net.br



Possa uma
Estrela Brilhar
e cada caminho
Iluminar



lucastleiloeiro.com.br



jonastleiloeiro.com.br



fernandoleiloeiro.com.br

(37) 3242-2218 | (37) 99862-5659 | leiloesmg@leiloesmg.com.br

Leilões eletrônicos (online)



feliz Natal e um
Próspero ano Novo!

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

FALÊNCIA

EXECUÇÃO



GRUPO CRÉDITO

Contato - Fernando C. Moreira | Diretor - (37) 99947-7742 | fernando@grupocredito.com.br



TIAGO PARRELA

Juiz Marcos Flávio Lucas Padula

O que fundamentou a decisão do STF de desautorizar a possibilidade de ensino domiciliar no Brasil?

Como hoje, atualmente, não existem instrumentos de acompanhamento pelo Estado, por meio das secretarias de educação, de como seria ministrado o ensino domiciliar, o principal argumento do STF é de que não há fundamento legal para essa prática no Brasil. A partir da constatação dessa realidade, o Judiciário compreendeu que não compete a ele autorizar o ensino domiciliar sem uma estrutura legislativa que regulamente o ensino domiciliar. O argumento do STF, na decisão, considerou, entre outros fatores, o questionamento sobre quem organizará a grade curricular, e como será o avaliado o desempenho da criança e do adolescente que estudam em casa.

É importante observar ainda que, em tese, não havendo nenhum impedimento constitucional, essa forma de ensino seria possível, desde que existisse um arcabouço legislativo para regulamentar essa modalidade de ensino. Portanto, enquanto ela não é regulamentada, é melhor que o ensino domiciliar não seja praticado em função da falta de fiscalização por parte do Estado.

Apesar de não haver a regulação, a Constituição não proíbe o ensino domiciliar?

A Constituição em si não trata expressamente dessa questão. Ela é clara ao dizer que a educação é um direito de todos e da família, sem que, necessariamente, uma criança e/ou adolescente tenham que se matricular na rede de ensino público. Já a legislação infraconstitucional, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei das Diretrizes Básicas de Educação, obrigam a matrícula e a frequência na rede de ensino público ou privado.

Quais os argumentos favoráveis e contrários ao ensino domiciliar?

Um dos principais argumentos contra o ensino domiciliar é o da sociabilidade, fundamentado a partir do fato de a criança viver basicamente no ambiente familiar, o que não necessariamente estaria errado. No entanto, a partir desse ponto de vista, sustenta-se que as crianças e os adolescentes perdem o contato com diferentes opiniões, seja de professores ou de colegas, e não vivem experiências próprias da escola que também são importantes para o desenvolvimento da personalidade, não só

no aspecto acadêmico, mas também na vivência de experiências sociais.

Por outro lado, os defensores do ensino domiciliar, levando em consideração algumas pesquisas, sustentam que as crianças se envolvem mais com os estudos, desenvolvem mais a curiosidade e o interesse maior do jovem que realmente quer aprender. Eles argumentam ainda que existem outros espaços de socialização, como por exemplo, os clubes.

Na avaliação do senhor, o que pode influenciar na decisão de uma família de adotar o ensino domiciliar?

Entendo que um dos principais motivos é a falta de qualidade do ensino público e, às vezes, do ensino privado. Devemos considerar ainda o fato de, muitas vezes, as escolas abordam temas relacionados à religião, moral e costumes, que podem contradizer a postura de uma família. Essas questões, como a discussão sobre a orientação de gênero, têm ganhado relevo atualmente e podem acabar sendo um fator de afastamento das crianças e dos adolescentes da escola, uma vez que os pais entendem que esses temas não estão de acordo com a orientação de sua família. ■

Estudos da Associação Nacional de Educação familiar registram que há, pelo menos, oito mil famílias no País, das quais 900 em Minas Gerais, que abrem mão da escola para educar os filhos em casa. A prática, no entanto, foi desautorizada pelo STF em setembro último.

De acordo com o juiz Marcos Flávio Lucas Padula, titular da Vara Cível da Infância e da Juventude de Belo Horizonte, a decisão do Supremo levou em consideração, principalmente, a falta da regulação legislativa sobre a fiscalização dessa modalidade.

“Os defensores do ensino domiciliar, levando em consideração algumas pesquisas, sustentam que as crianças se envolvem mais com os estudos, desenvolvem mais a curiosidade e o interesse maior do jovem que realmente quer aprender”

MAGISTRADOS PROMOVEM JUSTIÇA E CIDADANIA

Iniciativa de juízes valoriza a relação do Poder Judiciário com a sociedade

ARQUIVO PESSOAL



Juiz Anderson Nogueira contando a história do Macaco Vermelho

GEORGIA BAÇVAROFF

“**U**ma ação vale mais que mil palavras. Quando deixa seu gabinete para ir, pessoalmente, até as escolas da Comarca de Manga, no Norte de Minas, o juiz João Carneiro passa às crianças e adolescentes o seu exemplo. Nascido no interior do Pará, numa cidade chamada Xinguara, João Carneiro conta aos estudantes um pouco de sua trajetória, quando iniciou os estudos e dos percalços que precisou enfrentar.

Aluno de escola pública, ele sofreu bullying e passou por muitos problemas bem conhecidos de seus ouvintes adolescentes. João Carneiro acredita que sua inspiração vem exatamente de sua história de vida. **“Percebo, muitas vezes, que existe falta de motivação das pessoas, por conta da realidade local de extrema pobreza, carência e analfabetismo. Tento mostrar para os estudantes que eles precisam acreditar que podem dar certo na vida, e que o caminho para isso é o estudo. Mostro pra eles que o que me tirou da pobreza foi o estudo”**, contou.

Esse contato direto tem aproximado o Judiciário dos estudantes de Manga. São debatidos assuntos relevantes como abuso de álcool, drogas, gravidez na adolescência, bullying e violência doméstica. Durante as palestras, o magistrado provoca uma reflexão aos estudantes, com o objetivo de conscientizá-los das consequências jurídicas de suas ações, bem como da importância e da necessidade de se reduzir a prática de atos infracionais.

Além de proferir palestras e fa-

lar sobre assuntos pertinentes com a população fora de seu gabinete, João Carneiro desenvolve um projeto inverso e igualmente positivo na Comarca, quando ele recebe, na sede do fórum, pessoas que precisam falar com o juiz. É o ‘Fale com o juiz’, que funciona há pouco mais de um ano. “Eu reservo um dia na semana e fico por duas horas na recepção do fórum, à disposição da população, que pode vir falar comigo sobre o que quiser. Já chegaram casos de violência do-

méstica, pais com problemas com os filhos, denúncias, entre outras questões. Eles veem falar pessoalmente com o juiz, em uma conversa”, contou o magistrado.

Para ele, esse contato o faz conhecer e entender melhor a região e os problemas vividos por ela. “São duas horas que tiro da semana para, dentro da imparcialidade, atender à população de forma direta, sem obstáculos ou barreiras. Acredito que, desta forma, eu consigo aproximar a sociedade do Judiciário. Não perco a imparcialidade e percebo que essa aproximação me dá subsídio para eu ser o mais justo possível”, avaliou.

Quando perguntado se tamanha exposição não causa receio, ele diz que não. Com as devidas precauções tomadas, João Carneiro garante que não pode ter medo da sociedade à qual pertence. “Eu pertenço a essa sociedade e tenho a impressão de que consigo ser mais justo, estando mais perto. Sou mais um da sociedade. Não sou melhor e nem pior”, afirmou.

MACACO VERMELHO

Quando você se aproxima e conversa com as pessoas, de forma que elas possam te entender, elas guardam na cabeça as infor-

mações e aprendizados. Mas, como dizia o ex-presidente sul-africano Nelson Mandela, se você falar a língua delas, as suas palavras e os seus ensinamentos ficarão no coração.

É dessa forma que decidiu fazer o juiz Anderson Nogueira, da Comarca de Caratinga. Por meio de um livro infantil de sua autoria, o magistrado passa mensagens de compreensão, individualidade e respeito ao próximo para as crianças das escolas da região. A 'História do Macaco Vermelho' surgiu de histórias que o magistrado contava para suas duas filhas. Ele resolveu disseminar esses ensinamentos para a comunidade. Desde então, realiza eventos nas escolas, quando vai apresentar o livro e contar histórias para as crianças.

Lançado em junho deste ano, o livro conta a história de um macaco, cujos pelos são vermelhos. Ele vai brincar com os amigos e acaba mudando de cor. Para encontrar sua cor de volta, o macaco conta com a ajuda dos amigos e da mãe. Durante os percalços, vai apresentando a importância da identidade pessoal, da individualidade, do respeito, da empatia e da família.

A ideia, segundo o magistrado, é fazer com que o Macaco Vermelho se torne um símbolo do Judiciário nas escolas da região e, por meio do personagem, ir até as escolas e abordar as temáticas demandadas de uma forma lúdica. "Esse contato é muito positivo por-



"Esse contato é muito positivo porque é mais fácil você se espelhar em alguém ao vivo, do que em alguém que sempre está distante"

Juiz Anderson Nogueira

que é mais fácil você se espelhar em alguém ao vivo, do que em alguém que sempre está distante. E as crianças, geralmente, tinham a noção do juiz como aquele que pune, que manda prender, que condena. Esse contato tem mudado essa visão", admitiu Anderson Nogueira. Além das crianças, ele também faz palestras para adolescentes.

PROTAGONISMO

"O papel de protagonismo social do juiz é extremamente importante, sobretudo no interior", apontou o juiz Anderson Nogueira, destacando igualmente a importância de colocar as crianças e adolescentes em condições de protagonistas sociais dentro de suas comunidades. De acordo com o magistrado, durante o trabalho desenvolvido nas escolas foi possível perceber que alguns alunos apresentavam falta de perspectiva quanto ao próprio futuro, sendo que sua realidade, na maioria das vezes, restringe-se ao ambiente escolar e familiar, apresentando, muitas vezes, dificuldades e ausência de incentivo para o estudo e crescimento pessoal.

Para tentar minimizar esse quadro, juntamente com o trabalho realizado nas escolas, os estudantes são estimulados a participar efetivamente de eventos na região. Em novembro, trabalhos realizados pelos estudantes foram expostos na Casa Ziraldo de Cultura, oportunidade em que as crianças e adolescentes foram colocados em condição de destaque social.

Os trabalhos desenvolvidos pelo magistrado contam com o apoio da Superintendência Regional de Ensino e dos profissionais de educação da Comarca, que comemoram o resultado positivo do trabalho do Judiciário. Para a secretária de Educação do município de Caratinga, Lara Cristina Maia, além de incentivar a leitura e mostrar a importância dos estudos para um futuro promissor, a proximidade do juiz com os estudantes tem sido benéfica porque desperta neles a curiosidade e a vontade de serem cada vez melhores. De acordo com ela, além de deixar as crianças admiradas e animadas, o juiz surpreende positivamente os pais e professores. "Todos nós que

ARQUIVO PESSOAL



Juiz João Carneiro com cidadãos no Fórum

tivemos contato com o magistrado passamos a ver o Judiciário de outra forma, quebrando o paradigma de que o juiz é aquele que pune. Na verdade, o juiz é um aliado para que o bem se instale antes que o mal aconteça", observou.

SONHOS

Marilene Loures Bomfim é diretora da Escola Municipal Luiz Antônio Bastos Cortes, de Caratinga. Ela destacou o trabalho realizado pelo juiz Anderson Nogueira como um divisor de águas para os estudantes. "O projeto do juiz Anderson Nogueira veio de encontro aos objetivos da nossa escola e deu cor à vida das nossas crianças, que, agora, vislumbram um futuro melhor", disse ela, avaliando que as ações realizadas na comarca, com o projeto do magistrado, abriram o leque de oportunidades para as crianças e jovens.

Uma dessas ações é a Árvore dos Sonhos. A ideia surgiu durante os trabalhos com o 'Macaco Vermelho' e teve o apoio de toda a comunidade. As crianças escreveram cartas contando sobre seus sonhos. A partir daí, o juiz Anderson Nogueira e os parceiros dele nesse projeto buscaram padrinhos que pudessem atender àquele sonho. "Tudo na base do que 'você quer ser', e menos na base do que 'você quer ter'", afirmou a diretora da escola, orgulhosa de participar desse trabalho. ■



"Reservo um dia na semana e fico por duas horas na recepção do fórum, à disposição da população, que pode vir falar comigo sobre o que quiser"

Juiz João Carneiro

Magistrados celebram valorização da classe

Ao som do Skank, juízes e desembargadores participaram de encontro

Centenas de magistrados celebraram, no dia 7 de dezembro, as conquistas e a valorização da classe durante o Encontro de Congratamento da Magistratura mineira, realizado no Niágara Eventos, em Nova Lima (Grande BH), embalado pela música do Skank, que apresentou com exclusividade aos magistrados e seus familiares o show de sua nova turnê, *Os Três Primeiros*.

O clima de confraternização foi marcado ainda pela despedida ao presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, que, em janeiro próximo, transfere a Presidência para o desembargador Alberto Diniz, eleito com 95,3% dos votos, no dia 6 de dezembro, para o triênio 2019/2021. *Leia mais na página 7.*

Nesses três anos de gestão, o presidente Maurício Soares manteve intensa agenda em Brasília, seja nas articulações com a AMB ou no corpo a corpo com os parlamentares no Congresso Nacional, para impedir a retirada de direitos e retrocessos na carreira e conquistar, ainda que parcialmente, a reposição dos subsídios da Magistratura. *Saiba mais na página 3.*

Durante o congratamento, ao dirigir-se aos magistrados

mineiros, agradeceu o apoio de todos durante esse triênio e, otimista, afirmou que a participação expressiva dos juízes e desembargadores na eleição foi uma aprovação do trabalho da Amagis, além de ter sido uma reafirmação da união da classe. “Encerro meu mandato agradecendo a parceria dos colegas magistrados e desejo êxito ao presidente eleito na expressiva votação de ontem, que foi um reconhecimento de nosso trabalho”, disse Maurício Soares, cujo empenho e dedicação foram aplaudidos em homenagem realizada a ele pela AMB. *Veja mais na página 22.*

O presidente eleito, desembargador Alberto Diniz, agradeceu a todos por participarem da eleição, mesmo sendo realizada com chapa única, e destacou a importância de a classe se manter unida para enfrentar os desafios dos próximos anos. “É hora de reunirmos nossas forças para a manutenção da luta diuturna no sentido de manter as nossas conquistas e atuar na busca de melhorias das condições de trabalho, especialmente dos juízes e juízas nas comarcas mineiras. É ali, onde começa a se realizar a justiça para o cidadão”, afirmou. ■

FOTOS: EDUARDO ROCHA



Centenas de Magistrados participaram do encontro

Congraçamento da Magistratura de 2018

FOTOS: EDUARDO ROCHA



Congraçamento da Magistratura de 2018

FOTOS: EDUARDO ROCHA



Congraçamento da Magistratura de 2018

FOTOS: EDUARDO ROCHA



Natal tem apoio ao Nutris

Recursos do Chá das Pensionistas e feira beneficente foram para o Núcleo

Já no clima das confraternizações de final de ano, a Amagis promoveu, em novembro, ações beneficentes com o objetivo de arrecadar fundos para o Núcleo de Trabalho e Integração Social (Nutris), que conta com o apoio da Magistratura mineira para manter suas atividades e despesas em dia.

A primeira dessas iniciativas foi a Feira Beneficente, entre os dias 6 e 9 do mês passado, no Salão de Festas da Associação, cuja renda obtida com a venda de roupas, bolsas, objetos de decoração, cama, mesa e banho, artesanatos, artigos infanto-juvenis e outras opções de lembrança para o Natal foi revertida em benefício do Núcleo.

Também no dia 20 do mesmo mês, a Associação realizou o tradicional chá de confraternização de final de ano das pensionistas, no qual foi sorteada rifa de uma peça

Marlene Fernandes recebe cheque de Maurício Soares no dia 5 de dezembro

GEORGIA BAÇVAROFF



de decoração em porcelana italiana doada pelo desembargador Francisco Kupidowski, cujo valor arrecadado foi igualmente repassado ao Nutris.

Na ocasião, a diretora de Pensionistas da Amagis, Marlene

Fernandes, falou sobre os sentimentos de fraternidade que afloram com a chegada do Natal. Disse também que a luta pelos direitos das pensionistas continua no ano de 2019. O ex-presidente do TJMG desembargador Geral-

do Augusto participou do conagraçamento e manifestou seu apreço pelas pensionistas, que, mesmo de maneira indireta, deram contribuição ao Judiciário.

O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, não pode participar do evento, pois cumpria agenda em Brasília em defesa dos direitos da Magistratura. O encontro das pensionistas contou com a apresentação musical do desembargador Guilherme Luciano Baeta Nunes, acompanhado da Banda do Nariman. ■

Caros(as) Colegas,

A unidade da Magistratura e nossa atuação conjunta garantiram a defesa da classe e novas conquistas ao longo de nossa gestão.

DESEJAMOS UM NATAL DE PAZ E UM 2019 DE PLENAS REALIZAÇÕES.



DE COMARCA EM COMARCA

- ★ Andreia de Alvarenga Martinoli Alves foi removida, por merecimento, da 4ª Vara Cível da Comarca de Uberaba, para a 1ª Vara de Família e Sucessões da mesma comarca.
- ★ Nélio Antônio Papa Júnior foi removido, por merecimento, 1ª Unidade Jurisdicional do Juizado Especial no cargo de 2º Juiz de Direito da Comarca de Uberaba, para a 4ª Vara Cível da mesma comarca.
- ★ Adelson Soares de Oliveira foi removido, por merecimento, da 3ª Vara Criminal da Comarca de Uberaba, para o cargo de 2º juiz de Direito da 1ª Unidade Jurisdicional do Juizado Especial da mesma comarca.
- ★ Rêidric Víctor da Silveira Condé Neiva e Silva foi removido, por merecimento, da 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Pedra Azul, para a 2ª Vara Cível, Criminal, de Execuções Penais e do Juizado Especial Criminal da Comarca de Manhumirim.
- ★ Marcelo Geraldo Lemos foi promovido, por merecimento, da Vara Cível e da Infância e da Juventude da Comarca de Carmo do Paranaíba, para o cargo de 1º juiz de Direito Auxiliar Especial da Comarca de Uberaba.
- ★ Carlos Henrique Trindade Lourenço dos Santos foi removido, por antiguidade, do cargo de juiz de Direito Auxiliar Especial da Comarca de Coronel Fabriciano, para a 1ª Vara Cível da mesma Comarca.
- ★ Erica Climene Xavier Duarte foi promovida, por antiguidade, da 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Salinas, para a o cargo de juiz de Direito Auxiliar Especial da Comarca de Coronel Fabriciano.
- ★ Beatriz Auxiliadora Rezende Machado foi removida, por merecimento, da 2ª Vara Criminal da Infância e da Juventude da Comarca de Caratinga para o cargo de juíza de Direito Auxiliar Especial da Comarca de Timóteo.
- ★ Marcos José Vedovotto foi promovido, por antiguidade, da Unidade Jurisdicional Única da Comarca de Ituiutaba, para a 2ª Vara Criminal da Comarca de Uberlândia.
- ★ Juliana Miranda Pagano foi removida, por merecimento, da Unidade Jurisdicional Única da Comarca de Santa Luzia, para o 13º cargo de juiz de Direito Auxiliar Especial da Comarca de Belo Horizonte.
- ★ Riza Aparecida Nery foi removida, por antiguidade, da 3ª Vara de Tóxicos da Comarca de Belo Horizonte, para a Vara Infracional e da Infância e da Juventude da mesma comarca.
- ★ Thiago Colnago Cabral foi removido, por antiguidade, do cargo de 48º juiz de Direito Auxiliar da Comarca de Belo Horizonte, para a 3ª Vara de Tóxicos da mesma comarca.
- ★ Murilo Silvio de Abreu foi promovido, por antiguidade, da 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Pedro Leopoldo, para o cargo de 48º juiz de Direito Auxiliar da Comarca de Belo Horizonte.
- ★ Ricardo Augusto Salge foi removido, por merecimento, da Unidade Jurisdicional Única da Comarca de Patos de Minas, para o cargo de 1º juiz de Direito Auxiliar Especial da Comarca de Uberlândia.
- ★ Marixa Fabiane Lopes Rodrigues foi removida, por antiguidade, do cargo de presidente do 1º Tribunal do Júri da Comarca de Belo Horizonte, para a vara Especializada em Crimes contra a Criança e o Adolescente da mesma comarca.
- ★ Soraya Brasileiro Teixeira foi removida, por antiguidade, do cargo de 37º juiz de Direito Auxiliar da Comarca de Belo Horizonte, para o cargo de presidente do 1º Tribunal do Júri da mesma comarca.
- ★ Fernando Lamego Sleumer foi removido, por merecimento, da 2ª Vara Cível e de Execuções Fiscais da Comarca de Sabará, para o cargo de 37º juiz de Direito Auxiliar da Comarca de Belo Horizonte.
- ★ Tiago Ferreira Barbosa foi removido, por merecimento, da 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Diamantina, para a 2ª Vara Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Três Corações.
- ★ Paulo Victor de França Albuquerque Paes, 70º juiz de Direito substituto, foi promovido, por antiguidade, da Vara Única da Comarca de Águas Formosas, para a 1ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Manga.
- ★ Stefano Renato Raymundo foi removido, por merecimento, do cargo de 1º juiz de Direito Auxiliar Especial de Uberaba, para a 3ª Vara Criminal da mesma comarca.
- ★ Sibele Cristina Lopes de Sá Duarte, 15ª juíza de Direito substituta, foi promovida por antiguidade, da Vara Única da Comarca de Tarumirim, para a 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Matozinhos.
- ★ Karla Dolabela Irrthum foi removida, por merecimento, da 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Almenara, para a 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Matozinhos.
- ★ Ana Cristina Ribeiro Guimarães foi removida, por antiguidade, da 2ª Vara Cível da Comarca de Nova Lima, para a Unidade Jurisdicional do Juizado Especial da mesma comarca.
- ★ Maria Juliana Albergaria Costa de Caux, 22ª juíza de Direito substituta, foi promovida, por antiguidade, da Vara Única da Comarca de Esmeralda, para a 2ª Vara Cível de Nova Lima.

SAÚDE! Plantão Telefônico

Segunda a sexta-feira, das 7h às 19h

Sábados de 8h às 13h15

Telefones:

(31) 3079-3478

(31) 3079-3479

(31) 3079-3480

(31) 3079-3481

**Finais de semana e feriados, os associados devem entrar em contato com o plantão da Amagis Saúde pelo número (31) 9 9977-2860.*

Presidente do TJ assume o Governo de Minas

Nelson Missias recebeu magistrados no Palácio da Liberdade, em BH

TIAGO PARRELA

Em um ato simbólico de reconhecimento ao Judiciário, o presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias de Moraes, despachou, entre os dias 29 novembro e 2 de dezembro, no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, na condição de governador em exercício do Estado.

O presidente do TJMG destacou a importância de assumir o comando do Estado de Minas Gerais, mesmo em um ato simbólico, pois esse gesto expressa o reconhecimento ao Judiciário. Para Nelson Missias, o momento impõe a necessidade de que os magistrados estejam unidos com o objetivo de valorizar a classe.

Prestigiaram o governador em

Encontro
no
Palácio da
Liberdade



exercício, entre outros, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, o desembargador Alberto Diniz, então vice-presidente Financeiro

da Associação, a juíza Luzia Peixôto, vice-presidente de Saúde, o juiz José Martinho Nunes Coelho, vice-presidente de Aposentados e Pensionistas, o juiz Chris-

tyano Lucas Generoso, diretor de Comunicação, a juíza Rosimere das Graças do Couto, diretora-secretária, e o juiz Luiz Carlos Rezen-de e Santos. ■

AMB homenageia presidente

Maurício Soares recebeu o reconhecimento durante reunião no DF

AMB e representantes de Associações estaduais de magistrados homenagearam o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, durante reunião realizada em Brasília, no dia 7 de novembro.

Durante sua gestão, o presidente Maurício Soares manteve uma intensa agenda em Brasília, seja participando das reuniões da AMB ou no corpo a corpo com parlamentares no Congresso Nacional, com o objetivo de impedir a aprovação de projetos que pudessem significar retrocessos para a classe, bem como defender pau-

tas de valorização da Magistratura.

A homenagem a Maurício Soares e a outros presidentes de Associação foi feita em função do encerramento de seus mandatos neste ano. O presidente da Amagis agradeceu a manifestação e disse ter sido uma honra participar da gestão e da atuação da AMB presidida por Jayme de Oliveira. ■

ASCOM/AMB



Os homenageados com Jayme de Oliveira

RÁPIDAS

★ **Durante o V Encontro Estadual dos Juizados Especiais, promovido pelo Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais e pela Escola Judicial de MS (Ejud-MS), dos dias 8 a 10 de novembro, em Campo Grande (MS), o juiz Maurício Ferreira Cunha, da Comarca de Poços de Caldas (Sul), proferiu palestra sobre o 'Microsistema dos Juizados Especiais e os Reflexos do Novo CPC'.**

★ **O Tribunal Pleno do TJMG reelegeru, no dia 19 de novembro, a magistrada Cláudia Costa Cruz Teixeira Fontes para o cargo de juíza membro substituto, classe juiz de Direito, do TRE-MG. Os advogados Ricardo Matos de Oliveira, Tiago Gomes Carvalho Pinto e Marcelo Vaz Bueno foram indicados à lista triplíce para o cargo de juiz membro efetivo classe jurista do Tribunal Eleitoral.**

DISCRICIONARIEDADE JURISDICCIONAL

Dosagem da pena é instrumento de promoção da isonomia constitucional

THALES FLORES TAIPINA*

A sentença penal condenatória não prescinde da certeza plena quanto aos fatos materializados pelo acervo probatório dos autos. Julgar não é uma tarefa fácil, vez que a verdade, não raro, transcende àquilo que os autos dizem. Nesse ambiente, mensura-se a relevância do poder discricionário do juiz para definir o destino do acusado, seja para buscar a verdade real, não se limitando à processual, que lhe é apresentada pelas partes, seja para lhe aplicar a reprimenda, se convicto da sua culpabilidade.

A atuação do magistrado, na condução do processo, deve sempre ser pautada pela incessante busca da justiça. Logo, não lhe cabe uma postura inerte, pois o dever de proferir a sentença justa a tanto não o permite. É nesse contexto que a lei confere ao julgador, ainda na fase preambular da persecução, o poder de determinar, de ofício, a produção de provas urgentes, valorando a relevância delas para a justiça da decisão, bem como a realização de diligências, durante ou após a audiência destinada à instrução probatória.

Assim, ainda que muitas vezes inalcançável, a verdade real deve ser perseguida como alicerce à justiça da sentença penal, razão pela qual não cabe ao juiz prescindir do seu agir discricionário, sempre amparado nas permissões do ordenamento jurídico.

O agir discricionário, assim, não se confunde com arbitrariedade, pois, as mesmas permissões legais que lhe cancelam certa liberdade em busca da verdade real e da decisão justa, impõe-lhe limites. Não por outra razão, a Constituição o obrigou a fundamentar todas as decisões judiciais a fim de lhes conferir legitimidade.

No mesmo sentido, se extrai do princípio da correlação, segundo o qual a decisão não pode se desvirtuar do pedido e das pro-

vas que lhe são subjacentes, mesmo que o móvel seja a equidade do veredicto, e ainda, da necessidade de plena obediência aos parâmetros da pena abstrata, exceto quanto à derradeira fase do

riamente entre os parâmetros da sanção prevista em cada tipo penal de inculpação, considerando circunstâncias afetas ao fato do autor (como culpabilidade, motivos e circunstâncias do cri-

regrada.

Destarte, a discricionariedade jurisdiccional para a dosagem da pena constitui efetivo instrumento de promoção da isonomia constitucional, vez que impõe ao julgador a realização da justiça diante de cada fato e de cada autor, o que somente lhe será possível, consoante a visão aristotélica, ao destinar tratamento igual aos que se encontram em semelhantes situações, e diferente aos que se encontram em situações diversas, guardando-se a necessária proporcionalidade entre um caso e outro.

De mais a mais, se, por um lado, o processo dosimétrico carece de vetores precisos, por outro, não se pode correr o risco de que a fixação de balizas para a quantificação da reprimenda venha engessar a interpretação pelo juiz, sob pena de se tornar impossível a concreção individualizada e justa da pena. ■

(*) Pós-Graduado e Professor de D. Penal e Processo Penal; Ex-Procurador Autárquico e Ex-Delegado de Polícia Civil em MG; Juiz de Direito do TJMG. Autor dos Livros "Flagrante e Prisão" e "Manual da Sentença Penal Condenatória", Ed. D'Plácido, B.Hte.-MG.

"JULGAR NÃO É UMA TAREFA FÁCIL, VEZ QUE A VERDADE, NÃO RARO, TRANSCENDE ÀQUILO QUE OS AUTOS DIZEM. NESSE AMBIENTE, MENSURA-SE A RELEVÂNCIA DO PODER DISCRICIONÁRIO DO JUIZ PARA DEFINIR O DESTINO DO ACUSADO"

processo dosimétrico.

No âmbito desses parâmetros abstratos é que incide a discricionariedade jurisdiccional para a dosagem da pena justa, é dizer, necessária e suficiente aos seus ideais ressocializadores, de forma retributiva e preventiva (art. 53; 59, I e II, CP e S. 231/STJ). Assim, à

me) e ao autor do fato (como antecedentes, personalidade e conduta social).

A atuação do magistrado no processo de mensuração da pena ideal exige a observância dos princípios da proporcionalidade, razoabilidade, necessidade e suficiência à reprovação e

"O AGIR DISCRICIONÁRIO, ASSIM, NÃO SE CONFUNDE COM ARBITRARIEDADE, POIS, AS MESMAS PERMISSÕES LEGAIS QUE LHE CHANCELAM CERTA LIBERDADE EM BUSCA DA VERDADE REAL E DA DECISÃO JUSTA, IMPÕE-LHE LIMITES. NÃO POR OUTRA RAZÃO A CONSTITUIÇÃO O OBRIGOU A FUNDAMENTAR TODAS AS DECISÕES JUDICIAIS A FIM DE LHES CONFERIR LEGITIMIDADE"

míngua de vetores que norteiem o processo de busca pela pena ideal, o magistrado a procura discriciona-

prevenção ao crime, de modo que deve ser tratada não como discricionariedade absoluta, mas vinculada ou

Torneio de Tiro da Amagis simula situações reais

Terceira edição da competição teve o tiro defensivo como novidade

FOTOS: IZABELA MACHADO



Parceria com a Polícia Civil viabilizou o torneio

Cerca de 70 pessoas, entre magistrados, seus familiares e convidados, participaram do III Torneio de Tiro Esportivo promovido pela Amagis, no dia 10 de novembro, na Academia de Polícia Civil de Minas Gerais (Acadepol/MG), por iniciativa da Comissão Permanente de Segurança da Amagis, com o apoio da Polícia Civil de Minas Gerais, da Polícia Federal e do Defender Clube de Tiro.

Em reconhecimento a essa parceira, o presidente Maurício Soares e o vice-presidente da Comissão de Segurança da Amagis, juiz Eduardo Gomes Reis, homenagearam a delegada-geral e diretora da Acadepol, Ana Cláudia Oliveira Perry, o dele-

gado da Polícia Civil Rômulo Guimarães Dias e o presidente da Confederação Brasileira de Tiro Defensivo, Sérgio Bittencourt, proprietário do Defender Clube de Tiro.

O presidente Maurício Soares agradeceu ainda o apoio da Polícia Federal, do Exército Brasileiro e das empresas Taurus e Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC) pelo apoio para a realização do torneio. De acordo com ele, o evento teve como objetivo estreitar relacionamento entre os magistrados e incentivar a prática do esporte.

Para o juiz Taunier Cristian Malheiros Lima, o torneio de tiro da Amagis é a oportunidade que ele encontrou de praticar o esporte. "Por isso, a relevância do

evento. Aqui, confraternizo com os colegas e tenho a chance de treinar essa modalidade esportiva", disse.

Em sua terceira edição, o torneio teve como novidade a inclusão da modalidade Tiro Defensivo (tradução livre da sigla IDSC), na qual são feitos oito disparos em movimento, durante a simulação de uma situação real. Foram disputadas ainda provas de tiros de precisão (10 tiros em até 2 minutos) e airsoft (arma de pressão), respeitada a idade mínima de 12 anos. A premiação foi dada aos primeiros cinco colocados. *Veja ao lado o resultado do III Torneio de Tiro da Amagis.*

A juíza Cláudia Macegoso, que pratica o esporte há cerca de dois meses, viu na competição uma possibilidade de testar as habilidades adquiridas no treino. "A prática do tiro desportivo trabalha muito a concentração e, apesar de parecer um contrassenso, ajuda também a relaxar e descontrair", afirmou.

Os participantes da competição puderam ver também a exposição História Militar – Peças da Guerra Civil Americana à Guerra do Afeganistão, que reúne artigos, como medalhas, cartazes, uniformes, capacetes, quepes e outros artefatos utilizados nesse período. Ainda foi realizada uma demonstração e teste de armas. ■

PREMIAÇÃO POR CATEGORIA



TIRO DE PRECISÃO

Eunice Brum Pereira dos Reis - 1^a
Júlio Cezar Gutierrez Vieira Baptista - 2^o
Edalgina Bráulia Furcardo de Mendonça - 3^a
Sílvio César Rodrigues de Moura - 4^o
Luís Henrique Leroy Macedo - 5^o

TIRO DEFENSIVO

Evandro Cangussu - 1^o
Luís Henrique Leroy Macedo - 2^o
Edalgina Bráulia Furcardo de Mendonça - 3^o
Gustavo Cheik de Figueiredo Teixeira - 4^o
Carlos Márcio de Souza Macedo - 5^o

AIRSOFT

Edalgina Bráulia Furcardo de Mendonça - 1^a
Pedro Pimentel - 2^o
Thomaz Rangel - 3^o
Vagner Roberto - 4^o

INDIVIDUAL (CONVIDADOS)

Diego Vieira (Polícia Federal) - 1^o
Rômulo Guimarães (Polícia Civil) - 2^o
Gustavo Barbosa (Polícia Civil) - 3^o
Thiago Brandão (Exército) - 4^o
Bruno Afonso (Polícia Civil) - 5^o

EQUIPES

Polícia Civil - campeã



Situação real foi simulada no tiro defensivo

AGENDA CULTURAL

MÚSICA

▶ OFERTÓRIO - CAETANO

MORENO ZECA TOM VELOSO

Data: 16 de dezembro

Horário: 20h

Local: Km de Vantagens Hall BH

Ingressos: R\$ 880 a R\$ 48

Informações: premier.ticketsforfun.com.br

▶ O AMOR ME ELEGEU - FÁBIO DE MELO

Data: 18 de dezembro

Horário: 21h

Local: Palácio das Artes

Ingressos: R\$200 a R\$ 60 (1º lote) e R\$ 240 a R\$ 80 (2º lote)

Informações: fcs.mg.gov.br

▶ CANTADORES - GERALDO AZEVEDO, RENATO TEIXEIRA XANGAI

Data: 22 de dezembro

Horário: 21h

Local: Palácio das Artes

Ingressos: R\$ 180 a R\$ 70

Informações: fcs.mg.gov.br

▶ MANO WALTER E OS MENOTTI

Data: 24 de novembro

Horário: 22h

Local: Km de Vantagens Hall

Ingressos: R\$ 80 (inteira) e R\$ 40 (meia)

Informações: premier.ticketsforfun.com.br

TEATRO

▶ ECLIPSE SOLAR

Data: até 15 de dezembro

Horário: quinta-feira às 21h; sexta e sábado, 19h e 21h; e domingo, 19h

Local: Palácio das Artes

Ingressos: entrada franca

Informações: fcs.mg.gov.br

▶ A PONTE

Data: até 23 de dezembro

Horário: 20h

Local: Centro Cultural Banco do Brasil - BH

Ingressos: R\$ 30 (inteira) e R\$ 15 (meia)

Informações: culturabancodobrasil.com.br

▶ HOJE O ESCURO VAI ATRASAR PARA QUE POSSAMOS CONVERSAR

Data: até 23 de dezembro

Horário: segunda e sexta às 16h; sábado e domingo, às 11h e 16h

Local: Centro Cultural Banco do Brasil - BH

Ingressos: R\$ 30 (inteira) e R\$ 15 (meia)

Informações: culturabancodobrasil.com.br

DANÇA

▶ POR QUES

Data: 15 e 16 de dezembro

Horário: 19h (dia 15) e 18h (dia 16)

Local: Cine Theatro Brasil

Ingressos: R\$36 (inteira) e R\$ 18 (meia)

Informações: cinetheatrobrasil.com.br

▶ TROPICÁLIA

Data: 18 e 19 de dezembro

Horário: 20h

Local: Cine Theatro Brasil

Ingressos: R\$36 (inteira) e R\$ 18 (meia)

Informações: cinetheatrobrasil.com.br

ARTES PLÁSTICAS

▶ LITOGRAFIA - LOTUS LOBO

Data: até 13 de janeiro

Horário: terça a sábado, das 10h às 20h; domingos e feriados, das 11h às 19h

Local: Centro Cultural Minas Tênis Clube

Ingressos: entrada franca

Informações: centroculturalminastc.com.br

▶ 100 ANOS DE CELSO RENATO

Data: até 27 de janeiro de 2019

Horário: terça a sábado, das 9h30 às 21h; domingo, das 16h às 21h

Local: Palácio das Artes

Ingressos: entrada franca

Informações: fcs.mg.gov.br

▶ PRESÉPIO DO PIPIRIPAU

Horário: Quarta a sexta-feira: 11h e 16h; Sábados e domingos: 11h, 12h, 15h e 17h

Local: Museu de História Natural

Informações: (31) 3409-7600 ou (31) 3409-7650

BAÚ DE ACORDES

Tiago Parrela

Entre o norte e o poente – Os músicos mineiros Cristiano Vianna (violonista) e Marcelo Chiaretti (flautista), que tocam juntos, há mais de 18 anos, em grupos de choro e música brasileira, como o ‘Copo Lagoinha’, lançaram, em outubro deste ano, o disco “Entre o norte e o poente”, álbum instrumental que reúne 13 composições feitas por eles em parceria.

Vianna destacou que o disco pode ser dividido em duas categorias, uma com sonoridade de grupo de choro (com cavaquinho, violão e pandeiro) e outra de ‘bossa-jazz’ brasileiro (com baixo, bateria, piano e guitarra).

Segundo Vianna, a ideia do título do álbum, e uma das faixas do disco, faz referência a uma passagem do livro Grande Sertão, do escritor Guimarães Rosa, na qual o autor mineiro, nascido em Codisburgo (região Central), disse: “Rios bonitos são os que correm para o Norte e os que vêm do poente”.

“Virou nome de música e depois pegamos essa frase como uma metáfora aberta. Acho que tem um pouco a ver com o processo de composição em duo, sempre procurando um lugar entre duas escutas, entre dois modos de ver, entre duas imaginações, entre dois outros lugares”, observou Viana para quem a parceria com Chiaretti corre assim há 8 anos, com temas que vão sendo construídos aos poucos, com ambos lapidando e transformando ideias.

O disco está disponível para escuta na plataforma Spotify, cujo aplicativo pode ser baixado nas lojas virtuais da Google Play e Apple Store, podendo ser adquirido ainda na Fundação de Educação Artística, em Belo Horizonte. ■

DIVULGAÇÃO



Capa do disco

Colônia terá Natal cultural

Caldas Novas realiza mais uma edição da 'Magia de Natal'

Os magistrados que pretendem aproveitar o clima de Natal e relaxar nas águas termais têm em Caldas Novas (GO), uma das cinco colônias de férias da Amagis, uma boa opção de descanso e lazer para as festas de final de ano, com a edição 2018 do 'Magia de Natal'.

Além da decoração natalina e a iluminação especial, a cidade reservou aos visitantes cantatas na casa do Papai Noel e a mostra Portuguesa na programação do evento, que tem início no dia 13 dezembro e vai até o dia 31 do mesmo mês, incluindo ainda a apresentação da Orquestra de Violeiros de Caldas Novas, da dupla Luiz Carlos e Cristiano e da banda Nechivile.

Para os amantes da dança, o evento reservou três dias de atrações com o Ballet Ana Botafogo, que se apresentará dos dias 22 a 24 de dezembro, com o espe-



táculo da Sara Nossa Terra, Nestor do Sax e Grupo de Teatro Coral, respectivamente. A programação completa do 'Magia de Natal' está disponível no site caldasnovas.go.gov.br e nas redes sociais, da prefeitura

@oficialcaldasnovas, tanto para o facebook quanto o instagram.

Ainda como opção para o final de ano, a Amagis oferece aos associados hospedagem nas colônias de férias de Caxambu (Sul de Minas), Cabo

Frio (RJ), Ubatuba (SP) e Nova Viçosa (BA). Os interessados na estadia em uma dessas unidades devem entrar em contato com o Departamento de Patrimônio da Associação pelo telefone (31) 3079-3459. ■

COLÔNIAS DE FÉRIAS

★ **A Amagis oferece conforto e comodidade aos magistrados e seus familiares que desejam descansar e se divertir nas cidades de Cabo Frio (RJ), Ubatuba (SP), Caldas Novas (GO), Nova Viçosa (BA) e Caxambu (Sul de Minas).**

Fora da alta temporada, o grupo familiar do associado também pode se hospedar nas Colônias de Férias da Amagis. Consulte o regulamento de uso das unidades sociais da Associação no site amagis.com.br para saber como estender esse benefício a mais familiares.

Mais informações sobre as colônias podem ser obtidas pelo telefone (031) 3079-3459 ou pelo e-mail cacia@amagis.com.br.

CNJ APONTA TJMG ENTRE OS QUATRO DE MAIORES PRODUTIVIDADES DO PAÍS

Relatório
Justiça em
Números
2018



VIA JUSTIÇA

PENSAMENTO JURÍDICO

FOTOS: AMAGIS



Direito aos alimentos

O Via Justiça aborda os tipos de alimentos na conceituação do direito brasileiro. Como o Código Civil define a obrigação alimentar? Nossos convidados são o desembargador Newton Teixeira, da 13ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, e a advogada Juliana Lobato. Qual é o significado jurídico do termo alimentos? (foto)

Portabilidade de crédito

O programa Via Justiça debate a portabilidade de crédito, que cresceu quase 100% no Brasil. Para falar sobre o assunto, convidamos o desembargador Antônio Bispo, da 15ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, e o advogado Rômulo Brasil, especialista em Direito do Consumidor. O que é uma portabilidade e como ela surgiu no cenário econômico brasileiro?

Combate ao bullying

O Via Justiça debate o bullying ou Intimidação Sistemática. Combater essa ocorrência é, por lei, responsabilidade de todas as escolas do País. Nossos convidados são o juiz Carlos Alexandre Romano Carvalho, da Vara da Infância e Juventude de Lagoa Santa (Grande BH), e a defensora pública Francis Coutinho, coordenadora do Projeto Mediação de Conflitos no Ambiente Escolar (Mesc).

Estatuto do desarmamento

Nesta semana, o Via Justiça debate sobre o Estatuto do Desarmamento. Para falar do assunto, convidamos o juiz Eduardo Gomes Reis, presidente das Turmas Recursais de Belo Horizonte e Região Metropolitana, e o advogado Sérgio Bitencourt, especialista em Direito Armamentista. O porte de armas pode trazer mais segurança à população?

Combate ao feminicídio

No Pensamento Jurídico, conversamos com a juíza Daniela Cunha Pereira, da 2ª Vara Criminal e de Execuções Penais de Ibirité, sobre o combate aos crimes de feminicídio, que já contabilizam 10 mil processos tramitando no Judiciário brasileiro. O que motiva tais crimes? Qual seria a melhor forma de prevenção nesses casos? Qual é o papel da sociedade nessas ocorrências? (foto)

Violência contra a mulher

A violência contra a mulher sempre aconteceu, mas a novidade é que os casos estão chegando ao conhecimento do sistema de Justiça. Ainda assim, o Brasil é o 5º País no ranking mundial de violência contra mulher. Qual é o perfil e a mentalidade dos agressores? Nossa convidada é a desembargadora Kárin Emmerich, da 1ª Câmara Criminal do TJMG e ex-coordenador do Comsiv.

Prestação pecuniária

As penas pecuniárias são medidas alternativas às penas restritivas de liberdade, e pune os crimes de menor potencial ofensivo com o pagamento em dinheiro, além de serem usadas para serviços em benefício da sociedade. Conversamos sobre o assunto com o juiz Fábio Vivancos, da 2ª Vara Criminal, de Execuções Penais e de Cartas Precatórias da Comarca de Vespasiano (Grande BH).

Participação feminina no Judiciário

De acordo com a Política Nacional de Incentivo à Participação Feminina no Poder Judiciário, aprovada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em setembro deste ano, todos os segmentos da Justiça deverão assegurar a igualdade de gênero no ambiente institucional. Conversamos sobre o assunto com a juíza Cristiana Martins Gualberto, vice-presidente Administrativa da Amagis.

TV JUSTIÇA

Quarta-feira, às 9h30 (Canais 7, 167, 21 ou 5)

TV ASSEMBLEIA Sexta-Feira, às 23h (Canais 11, 61.2 ou 35)

TV COMUNITÁRIA Sexta-Feira, às 23h30 (Canais 6 ou 13)



Sexta-feira, às 9h30 (Canais 7, 167, 21 ou 5)

TV COMUNITÁRIA

Sábado, às 22h (Canais 6 ou 13)

Tesouro Direto é boa opção

Compra de títulos públicos é opção para diversificação financeira

O Tesouro Direto é considerado pelos especialistas como um dos investimentos mais seguros do País, por se tratar de títulos da dívida pública garantidos pelo Tesouro Nacional. A aquisição desses papéis, como são chamados no jargão do mercado financeiro, é muito simples e pode ser feita pela internet. Assim que são comprados, os títulos são registrados em nome do comprador na B3, antiga Bovespa, instituição que faz a intermediação entre o investidor e o Governo Federal.

Se a aquisição dos títulos em si está bastante simplificada, e compra sendo feita diretamente pelo investidor. Mas saber que título comprar é uma questão mais delicada, pois essa decisão pode mudar bastante a performance do investimento.

Atualmente, o Tesouro Direto oferece cinco tipos de títulos, sendo dois pré-fixados e três pós-fixados. A principal diferença é que, no caso dos pré-fixados, o investidor sabe pre-



viamente a rentabilidade que ele vai receber se mantiver o título até o vencimento. Esses títulos são indicados para o investidor que acredita que a taxa pré-fixada será maior que a taxa de juros básica da economia (Selic).

Entre os pós-fixados, o mais popular é o Tesouro Selic, que tem sua remuneração atrelada à taxa Selic. Quando o Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, muda a taxa de juros do País, a remuneração desse título também é alterada para o mesmo patamar. Esse é o papel mais popular, pois ele tem mais liquidez, permitindo o resgate a qualquer momento, com a remuneração proporcional, excluídas as taxas e impostos. Normalmente, é aconselhado como uma alternativa à poupança, pois tem uma rentabilidade um pouco superior.

Além disso, existem títulos com remuneração atrelada ao IPCA, que são indicados para quem quer proteger o patrimônio nos médio e longo prazos, pois o rendimento varia de acordo com a inflação.

Para investir no Tesouro Direto, é preciso ter conta em um banco ou corretora de valores que opere esse tipo de investimento. Todos os grandes bancos e as principais corretoras fazem isso. Para verificar a lista completa, acesse este endereço: ht-

[tps://bit.ly/2DA0DMI](https://bit.ly/2DA0DMI) ou pelo QR Code ao lado.

É preciso verificar a lista de instituições credenciadas com cuidado, pois algumas não cobram nada pelo serviço enquanto outras cobram taxas percentuais. Após escolher a instituição financeira, basta abrir uma conta, o que, em muitos casos, pode ser feito totalmente pela internet, transferir o dinheiro para essa instituição e fazer a compra do título que desejar. O banco ou a corretora fará a compra do título, que ficará registrado na B3.

O Tesouro Direto disponibiliza em seu site um questionário para que o investidor saiba qual é o título mais indicado para o seu perfil de investimentos. Acesse neste endereço: <https://bit.ly/2dogyGh> ou pelo QR Code.

O portal do Tesouro Direto oferece todas as informações detalhadas sobre esse tipo de investimento, incluindo vídeos explicativos. Não deixe de conferir: tesourodireto.gov.br. ■



Acesse a lista de instituições credenciadas pelo QR Code acima



Veja o perfil do investidor pelo QR Code acima



O NUTRIS MERECE O SEU APOIO!

O Nutris, entidade social mantida pela Magistratura mineira e que atende a cerca de 200 crianças de famílias com baixa renda em Belo Horizonte, está ampliando seu espaço físico para receber mais crianças a partir de 2019. Mas, para isso, precisa e merece receber seu apoio e contribuição!

Para saber como ajudar, entre em contato:

No Nutris: (31) 3485-6035 (Falar com Maria Nilza)

Na Amagis: (31) 3079-3471 (Falar com Ariane)



RÁPIDO, FÁCIL E GRATUITO



Programa **Check-up**

Sabemos o quanto seu tempo é importante e que nada é mais imprescindível que sua saúde. Pensando nisso, a Amagis Saúde criou o Programa Check-Up. Nele é oferecida uma série de exames concentrados em um mesmo dia e local, com comodidade e gratuito no mês de seu aniversário.

Saiba mais em www.amagis.com.br

Viagens longas podem causar trombose

Cuidados simples previnem a doença

De acordo com o médico Bruno Naves, credenciado da Amagis Saúde e diretor da Sociedade Brasileira de Angiologia e do setor de Angiologia do Hospital Madre Teresa, a trombose é uma doença que ocorre quando, em um determinado vaso sanguíneo, o sangue deixa de fluir formando um coágulo, que provoca um entupimento agudo, obstruindo a circulação nesse trecho.

Diversos fatores, como a questão hereditária, quando a pessoa nasce com maior predisposição de formar coágulos, e os adquiridos, como câncer, idade acima de 65 anos, obesidade, gravidez e puerpério, traumas, cirurgias e imobilização prolongada podem causar a trombose.

Um dos tipos da doença é a Trombose Venosa Profunda (TVP), que se caracteriza pela formação de trombos dentro de veias profundas, com obstrução parcial ou oclusão, sendo mais comum a incidência nos membros inferiores, que podem ocorrer em situações como viagens longas, com percursos acima de oito horas de duração, especialmente aquelas feitas em aviões.

Segundo Bruno Naves, durante o voo, devido à menor pressão atmosférica, o oxigênio é mais rarefeito e, devido à imobilização, é comum um discreto edema dos pés. "Não se preocupe com os pés levemente inchados", afirmou.

O sintoma mais comum que uma pessoa pode perceber do acometimento de uma TVP é o edema de panturrilha (inchaço), acompanhado ou não de dor e calor local. "O mais comum é sentir a panturrilha dura e geralmente só em uma perna", alertou o angiologista.

Prevenção

O médico orientou que, durante voos prolongados, a pessoa use roupas confortáveis e um pouco mais largas, meias elásticas medicinais, tome bastante líquido, principalmente água, e evite ficar mais de duas horas parado na mesma posição.

Segundo o especialista, alguns exercícios feitos no próprio assento do avião, como girar com o tornozelo, alongar a panturrilha e erguer o joelho até o peito e segurar com as mãos, podem ajudar na circulação do sangue venoso. ■

DICAS

REALIZAÇÃO DE SESSÕES DE PSICOTERAPIA

De acordo com as Diretrizes de Utilização (DUT), da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), a Amagis Saúde oferece, aos usuários do plano, o tratamento psicoterápico, com base na Classificação Internacional de Doenças (CID) ou no diagnóstico informado no pedido do médico ou do psicólogo. Os critérios para a realização das sessões de psicoterapia são definidos ainda pelas DUT. Saiba abaixo quais são essas normas:

Qual o limite de sessões de psicoterapia previstas?

A diretriz prevê limites de 12, 18 e/ou 40 sessões de psicoterapia, por ano de contrato, não cumulativas, renováveis na data de adesão do associado ao plano, conforme regulação do CID.

Qual o percentual de coparticipação pago pelo usuário do plano?

Até o limite de sessões previstas (12, 18 e/ou 40), o percentual de coparticipação será de 25%. Acima desse teto, as solicitações para o tratamento poderão ser liberadas, porém, os valores das sessões excedentes serão repassados integralmente para o associado titular (100% do valor), uma vez que elas não têm a cobertura da Amagis Saúde.

Como o usuário do plano é informado sobre o fim da coparticipação?

Quando chegar o momento de custeio integral do procedimento por parte do associado, o setor de atendimento da Amagis Saúde fará contato com o associado titular do plano, para informá-lo sobre a cobrança das sessões excedentes. Essas sessões serão liberadas somente mediante autorização prévia do associado titular.

Quando a guia de controle de sessões deve ser assinada?

A guia de controle de sessões deve ser assinada pelo usuário do plano somente a cada atendimento. É proibida a assinatura antes da realização das sessões.

SAÚDE!

PRESIDENTE

Maurício Torres Soares

SUPLEMENTO DO PLANO DE SAÚDE DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS AMAGIS

DIRETORIA DO AMAGIS SAÚDE:

Vice-presidente de Saúde

Luzia Divina de Paula Peixoto

Diretor de Saúde

Edison Feital Leite

Diretor Financeiro

Kenea Márcia

Damato de Moura Gomes

Conselho Gestor:

TJMG

Alexandre Quintino Santiago

Renato Luís Dresch

Suplentes

Estevão Lucchesi de Carvalho

Edison Feital Leite

Juizes da Capital

Carlos Salvador Carvalho de Mesquita

Marli Maria Braga Andrade

Suplentes

João Luiz Nascimento de Oliveira

Kenea Márcia Damato de Moura Gomes

Juizes do Interior

Dalton Soares Negrão

Juarez Morais de Azevedo

Suplentes

Mateus Bicalho de Melo Chavinho

Marcelo Carlos Cândido

Aposentados

Francisco Kupidowski

Alberto Aluizio Pacheco de Andrade

Suplentes

José Nicolau Masselli

Paulo Mendes Álvares

Ouvidora do Amagis Saúde

Maria Luiza Santana Assunção

Coordenador de Comunicação:

Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:

Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441

Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188

Tiago Parrella • Mtb - MG: 14634

Izabela Machado • Mtb - MG: 11210

Projeto Gráfico: Agência Graffo

Diagramação:

Publicare Design

Pré-impressão/Impressão:

Gráfica e Editora Del Rey

Rua Albita, 194 • Cruzeiro - Belo Horizonte • MG - Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br - www.amagis.com.br

Amagis Saúde promove o Novembro Azul

Campanha alertou sobre os riscos do câncer de próstata

Com o objetivo de alertar sobre a importância dos cuidados com a saúde, em especial para os riscos do câncer de próstata, o segundo tipo da doença mais comum entre os homens, a Amagis Saúde promoveu, no mês passado, a Campanha Novembro Azul.

Nos dias 20 a 26 de novembro, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, a vice-presidente de Saúde, juíza Luzia Peixôto, e o diretor-secretário e de Comunicação da Associação, juiz Christyano Generoso, participaram da ação realizada nos Fóruns Lafayette e da Raja Gabaglia, nos Juizados Especiais de Belo Horizonte e na sede do TJMG.

Além da mensagem e entrega de brindes aos magistrados, durante a campanha, a Amagis Saúde isentou os usuários do plano do pagamento da taxa de coparticipação do exame PSA (Antígeno Protástico Específico, na sigla em inglês), realizados em novembro.

No Fórum Lafayette, os juizes Marco Aurélio Ferrera Marcolino e Daniel Dourado Pacheco destacaram a importância do incentivo à prevenção como feito pela Amagis

Saúde por meio de campanhas de conscientização. Para Pacheco, “o Brasil tem de se preocupar muito mais com a prevenção, que é mais econômico do que remediar”.

Na avaliação do desembargador Renato Dresch, coordenador do Comitê Executivo Estadual da Saúde e membro do Comitê Executivo Nacional da Saúde do CNJ, a iniciativa da Associação é importante para diminuir a resistência aos exames da próstata e estimular a prevenção. “Um tratamento oncológico só tem resultado quando há uma ação preventiva. Por isso, precisamos acabar com um histórico de preconceito relacionado a esses exames”, afirmou.

O desembargador Fernando de Vasconcelos Lins destacou que os casos de câncer de próstata têm aumentado consideravelmente entre os brasileiros, sendo a segunda causa mais comum de morte por câncer entre homens. “Os magistrados precisam reservar um tempo para cuidar da saúde e realizar o exame de prevenção ao câncer de próstata. A Amagis, com campanhas como essa, tem nos ajudado a cuidar mais de nós mesmos”, disse. ■

IZABELA MACHADO



TIAGO PARRELA



TIAGO PARRELA



TIAGO PARRELA



Campanha mobilizou magistrados

Magistrados incluem check-up na rotina

Usuários do plano renovam exames com continuidade do programa

TIAGO PARRELA

Com a renovação do Programa de Check-up, feita pelo Conselho Gestor de Saúde, em agosto último, por mais um ano, os magistrados mineiros incluíram os exames oferecidos pela Amagis Saúde gratuitamente em sua rotina, fazendo, pelo segundo ano consecutivo, uso do benefício concedido aos usuários do plano no mês de seu aniversário.

Para o juiz Sérgio Castro da Cunha Peixoto, do Juizado Especial da Comarca de Belo Horizonte, a continuidade do programa é absolutamente necessária. De acordo com ele, quando realizou o exame, pela primeira vez, não tinha a dimensão da abrangência do check-up, que inclui especialidades como cardiologia, proctologia, urologia, pneumologia, dermatologia, avaliação nutricional e análise de estresse, entre outros. "Achei a ideia excelente. Tive notícia de colegas surpreendidos em algum procedimento, que já deram início ao tratamento antes de a doença avançar", comentou.

O juiz Vinícius Melo Mendonça, do Juizado Especial da Comarca de Divinópolis (Oeste), é um dos beneficiários do plano que pode iniciar um tratamento precocemente, a partir do diagnóstico do feito pelo check-up. O magistrado disse que os exames apontaram a creatina elevada, sobrecarregando o rim. "Foi só controlar a alimentação para o cálculo não avançar", apontou o magistrado, para quem a manutenção do check-up

Juiz
Geraldo
Sousa
realiza os
exames



permite aos médicos fazer uma comparação entre melhora ou piora do quadro do paciente.

Já a juíza aposentada Neusa Maria Guido foi surpreendida com pólipos no intestino, contendo que não sentia nada e que o problema só foi identificado a partir do check-up. "Poderia ter se tornado um problema se não tivesse sido cuidado", disse a magistrada, ao agradecer ainda a atenção dedicada pela médica Luciana Maria Pyramo Costa, e concluiu: "O check-up foi o maior presente que a Amagis deu aos magistrados!".

Há também magistrados que estão realizando o Check-up pela primeira vez, como o juiz aposenta-

do Geraldo de Sousa Lopes, da Comarca de Abaeté. Ele disse que ficou muito impressionado com o atendimento da clínica e o nível dos profissionais. "Todos altamente habilitados para os exames, uma bateria grande, e gostaria de aplaudir esta iniciativa da Amagis e congratular com todos da clínica", destacou o juiz, para quem considera ser de grande importância que todos os magistrados também façam os exames.

Com a grande procura pelo Check-up oferecido pela Amagis Saúde, é importante que os usuários do plano marquem sua consulta com antecedência, evitando assim eventuais contrata-

pos. Para agendar o serviço, os magistrados que residem nas comarcas do interior devem entrar em contato com o plano pelo telefone (31) 3079-3499, ramal 3407, ou pelo e-mail checkup@amagis.com.br para se informar sobre qual credenciado poderá melhor atendê-los.

Em Belo Horizonte, foram credenciados o Hospital Mater Dei e a Clínica Check-up Center. Para marcar as consultas do programa, não é necessária autorização prévia, nem há taxa de inscrição, mensalidade e coparticipação, além de não ser preciso cumprir nenhum prazo de carência para fazer uso do benefício. ■